

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO ESPECIAL: REFLEXÕES A PARTIR DE UM BALANÇO DE PRODUÇÃO

Maria Helena Michels¹

Márcia de Souza Lehmkuhl²

Eixo 22 – Educação Especial

Trabalho Encomendado

Resumo:

O presente texto tem como objetivo apresentar um balanço de produção acadêmica sobre movimentos sociais e a área de educação especial. Para tanto, apresentamos uma breve discussão sobre movimentos sociais com autores como GOHN, MONTAÑO e DURIGUETTO, MÉSZÁROS, VENDRAMINI. Indicamos que nossa compreensão sobre movimentos sociais está relacionada à emancipação humana. Nosso balanço de produção recorreu aos seguintes bancos de dados: Scielo.br, CAPES, BDTD, ANPED Nacional e ANPED Sul. Chegamos a um total de 43 produções, sendo 13 que classificamos como pano de fundo e 30 produções cujo foco de análise foi movimento social. Observamos que, há uma pulverização de instituições que pesquisam a temática; as regiões sudeste e sul têm o maior número de trabalhos; a educação é a área de pesquisa mais privilegiada; das temáticas desenvolvidas relacionadas a movimentos sociais destacam-se: de/dos deficientes; autoadvocacia/empoderamento; de pais; dos surdos e de instituições. Tais categorias indicam a particularização do movimento social na área, o que nos permite afirmar que a área tem uma centralidade de produção no enfoque chamado de Novos Movimentos Sociais. Tal indício nos faz questionar se estamos buscando a emancipação humana ou nos restringindo a lutar pela emancipação política.

Palavras-chaves: Movimentos sociais; educação especial; emancipação.

Introdução

Iniciamos este texto indicando que compreendemos Ciência como expressão das relações sociais, ou seja, como produto do trabalho dos homens. Desta maneira, a produção científica/acadêmica só pode ser compreendida no conjunto das relações sociais que as engendram.

Entendemos que os movimentos sociais tem como proposição a luta pelas mudanças sociais, desta forma, partimos do pressuposto que os movimentos sociais devem ter como objetivo a emancipação humana. Para Marx (2010, p.54)

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: maria.helena@ufsc.br

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. E-mail: lehmkuhlms@gmail.com

[...] a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” (forças próprias) como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política*.

Porém, temos clareza de que não há consenso em relação ao conceito e finalidade dos Movimentos Sociais. Alguns autores debruçam-se em conceituar e classificar movimentos sociais: GOHN (2003, 1997); MONTAÑO (2002); MONTAÑO e DURIGUETTO (2011); MÉSZÁROS (2008, 2002); RUMMERT (2008); VENDRAMINI (2008), PICOLOTTO (2007).

A classificação mais corrente sobre movimentos sociais gira em torno dos chamados movimentos clássicos/tradicionais e dos novos movimentos sociais (GOHN (2003); MONTAÑO e DURIGUETTO (2011); RUMMERT (2008); PICOLOTTO (2007)).

Gohn (2003) e Picolotto (2007) indicam que os Movimentos Sociais no modelo clássicos/tradicionais têm como marca as contribuições de Karl Marx. Balizado pelo conceito de práxis social, a relação unitária entre a ação política e os estudos dos movimentos sociais é que possibilita a transformação social. Picolotto (2007) considera que:

[...] o estudo dos movimentos sociais sob a abordagem marxista centra-se na análise dos processos históricos globais, nas contradições materiais existentes e nas lutas entre as principais classes sociais presentes no processo de produção. As mudanças são sempre concebidas como fruto das contradições geradas pela oposição entre capital e trabalho, que contrapõem respectivamente a burguesia e o proletariado em uma luta ininterrupta: a luta de classes. (PICOLOTTO, 2007, p. 158).

A produção intelectual que assume a base teórica marxista tem recebido críticas, por defender uma compreensão dos movimentos sociais no modelo clássico/tradicional, ao privilegiar análises das estruturas sociais, o que restringiria a importância da ação individual e das contribuições da cultura, consideradas como determinantes da ação humana. Porém, cabe salientar que o marxismo não abandona a análise do sujeito individual e da cultura humana, mas, o faz com bases em categorias fundantes da sociedade como classe social, trabalho e história.

O modelo dos Novos Movimentos Sociais (NMS) emerge, justamente, das críticas ao modelo tradicional, a partir dos anos de 1960 (Picolotto, 2007). Para Montañó e Duriguetto (2011, p. 248), os NMS “[...] têm por vezes o objetivo ou a função de ser um *complemento* das lutas de classes dos movimentos clássicos (somando-se a essas lutas), e outras vezes são

vistos como *alternativos* aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda (substituindo tais lutas)”.

Gohn (2000) auxilia a pensar em algumas características dos NMS, como: os sujeitos/atores sociais coletivos, não hierárquico (contrapondo-se ao modelo definido de sujeito capitalista/trabalhador); a política como centralidade para a análise da dimensão social; ênfase nas relações culturais e micro sociais.

Porém, esse “novo paradigma” dos movimentos sociais não está imune às críticas. Montaño e Duriguetto (2011), por exemplo, indicam que esta forma de analisar os movimentos acaba por trata-los como lutas individuais e focais. Para estes intelectuais a análise dos conteúdos das lutas (gênero, raça, etnia, religião, sexualidade, ecologia) dos Novos Movimentos Sociais acabaria por limitar seu alcance político, a partir do momento em que não são realizadas conjuntamente com a luta da classe trabalhadora proletariado. O segundo limite apontado está no particularismo de suas demandas, em que cada uma delas teve tendência a se isolar em um grupo de problemas específicos, frequentemente sem relação aparente de uns com os outros, favorecendo seu fechamento em práticas localizadas.

Coadunando com Adorno (2000, p. 181), compreendemos que:

Se não quisermos aplicar a palavra ‘emancipação’ num sentido meramente retórico, ele próprio tão vazio como o discurso dos compromissos que as outras senhorias empunham frente à emancipação, então por certo é preciso começar a ver efetivamente as enormes dificuldades que se opõem à emancipação nesta organização do mundo.

As produções sobre Movimentos Sociais na Educação Especial

Com esta compreensão, ainda que incipiente, acerca dos movimentos sociais é que nos debruçamos sobre as produções do tema na área de Educação Especial.

Analisando outras pesquisas recentes que tiveram como objetivo mapear as produções na área como as desenvolvidas por JESUS e BAPTISTA (2006), BAPTISTA (2008); NAUJORKS (2008), FERREIRA e BUENO (2011), observamos que pouco indicavam esse temática.

Diante de tal cenário, nosso procedimento metodológico adotado teve como principal preocupação localizar buscar o máximo de produções referentes aos movimentos sociais na área da Educação Especial. Por conta disso, nossa busca por produções acadêmicas deu-se

sem período definido e nos seguintes bancos de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO.org),³ da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO.br),⁴ da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Banco de Teses e Dissertações,⁵ Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD),⁶ Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED Nacional) – GT15: Educação Especial e GT 3: Movimentos sociais e educação⁷ e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – Região Sul (ANPED Sul) – GTs: Gestão e políticas educacionais, Educação Inclusiva, Educação Especial⁸. Observa-se que a produção investigada tem âmbito nacional, mas que a procura por trabalhos especificamente na ANPED-Sul teve como princípio priorizar esta região para esta reunião.

Em todos os bancos de dados buscamos, inicialmente pelo descritor “Movimentos sociais”. Esse encaminhamento resultou em muitas produções fora da área da Educação e não nos indicou pesquisas específicas da Educação Especial. Passamos então, a utilizarmos, além desse descritor, outros relacionados como: Cidadania; Subalternidade; Emancipação; Autodefensoria; Direito; Ação afirmativa; Autorrepresentação; Autoadvocacia; Mobilização. Tais descritores foram cruzados na busca com outras categorias como: educação especial, deficiência, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento/TGD, altas habilidades/superdotação, autismo, surdo, entre outros. Com exceção dos bancos da ANPED Nacional e ANPED Sul, onde nossa busca ocorreu por intermédio dos títulos dos artigos, nos demais bancos de dados nossa investigação ocorreu com os filtros busca básica e avançada.

A partir dos descritores e do cruzamento com as categorias que julgamos indicar a produção específica da Educação Especial, encontramos 88 produções, destas, 61 teses e/ou dissertações e 26 artigos. Para perceber se os trabalhos coletados tratavam efetivamente da temática pesquisada, realizamos a leitura a partir dos resumos.

³ www.scielo.org. Acessado em abril de 2016.

⁴ www.scielo.br. Acessado em abril de 2016.

⁵ www.bancodeteses.capes.gov.br. Acessado em março de 2016. Observa-se que este banco de dados disponibilizou somente as produções dos anos de 2011 e 2012.

⁶ www.bdttd.ibict.br. Acessado em março de 2016.

⁷ Acessado todas as reuniões anuais disponíveis no site www.anped.org.br em abril de 2016.

⁸ Acessado todas as reuniões anuais disponíveis no site www.portalanpedsul.com.br em abril de 2016. Salienta-se que durante as várias reuniões da ANPED-Sul houve mudanças de nome dos Gts. Em 2000 e 2002 não tivemos um eixo relacionado à Educação Especial ou Educação Inclusiva e, por conta disso, buscamos outros GTs que pudessem “abrigar” tal temática relacionada à Educação Especial.

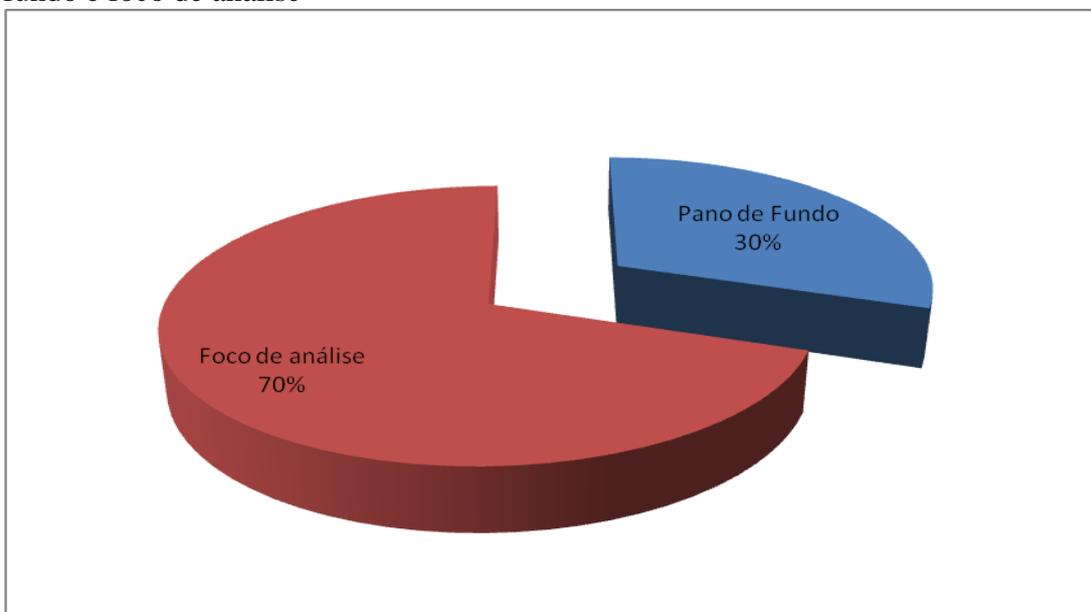
Após esta leitura inicial, mesmo sabendo dos riscos que corremos em abandonar ou selecionar produções analisando somente os resumos, chegamos a um total de 43 produções, sendo 29 teses e dissertações e 14 artigos.

Na análise das 43 produções buscamos perceber a natureza da discussão de movimentos sociais proposta, classificando-as em duas perspectivas: movimentos sociais como pano de fundo nas produções; movimentos sociais como foco de análise nas produções.

Movimentos sociais como pano de fundo

Como produções que abordaram os movimentos sociais como pano de fundo nos referimos aqueles que não têm tal temática como central em sua pesquisa, mas que partem de suas indicações para o desenvolvimento da pesquisa. Neste caso, encontramos 13 produções (30%) que tinham temáticas que discutiam: movimento amplo de democratização do acesso das pessoas com deficiência a diversos setores; Educação do campo/PRONERA; Educação de Jovens e Adultos; Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Evolução das terminologias e sua repercussão legal no Brasil a partir do movimento político; Movimento surdo.⁹

Gráfico 1: Balanço da Produção sobre Movimentos Sociais na Educação Especial: Pano de fundo e foco de análise



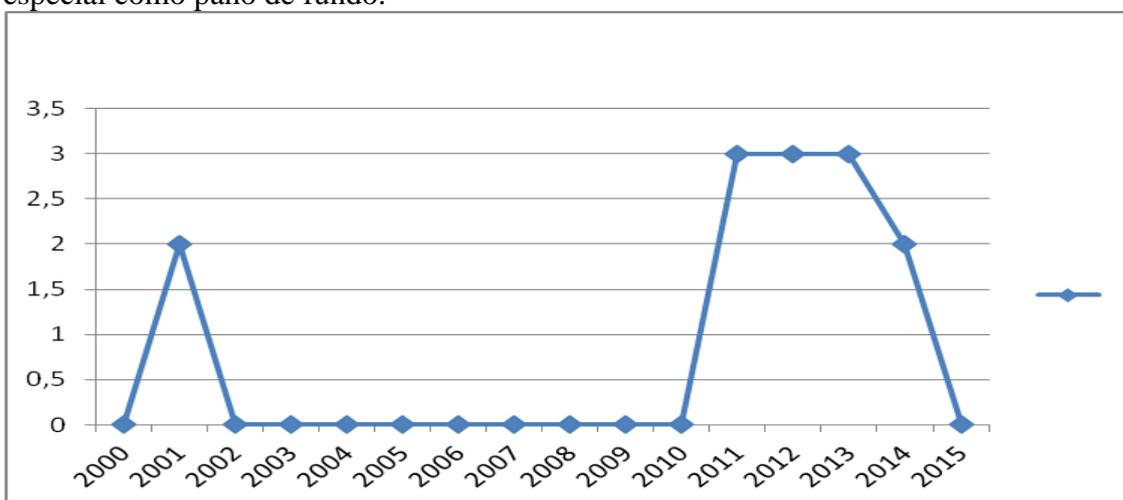
Fonte: Gráfico elaborado a partir do balanço das produções: CAPES, BDTD, Scielo, Anped e Anped-Sul.

⁹ Das 13 produções sete referem-se a teses e dissertações e seis a artigos publicados.

Quando observamos que parte dessa produção não define Movimentos Sociais, não contextualiza ou historiciza tal processo permite pensar em uma banalização de seu uso, ainda que tal fato não seja identificado pelos pesquisadores.

Em relação a periodicidade das produções categorizadas como pano de fundo, observa-se que as primeiras produções encontradas datam de 2001, com duas obras. De 2011 à 2013 temos três produções por ano e em 2014 duas obra.

Gráfico 2: Periodicidade das produções acadêmicas sobre movimento social e educação especial como pano de fundo.



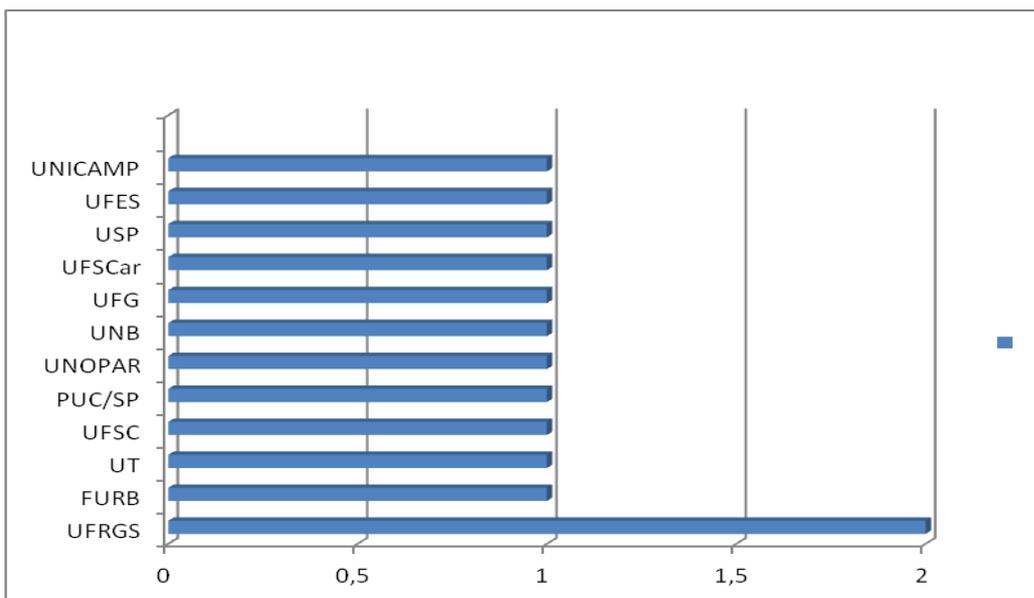
Fonte:

Gráfico elaborado a partir do balanço das produções: CAPES, BDTD, Scielo, Anped e Anped-Sul.

Estes dados nos mostram a lacuna e o número ínfimo de pesquisas acadêmicas sobre movimento social e educação especial em um período de quinze anos, de 2000 a 2015.

Quando observamos as universidades de origem dessas produções percebe-se a sua pulverização com 12 universidades, uma delas com duas produções, conforme gráfico a seguir:

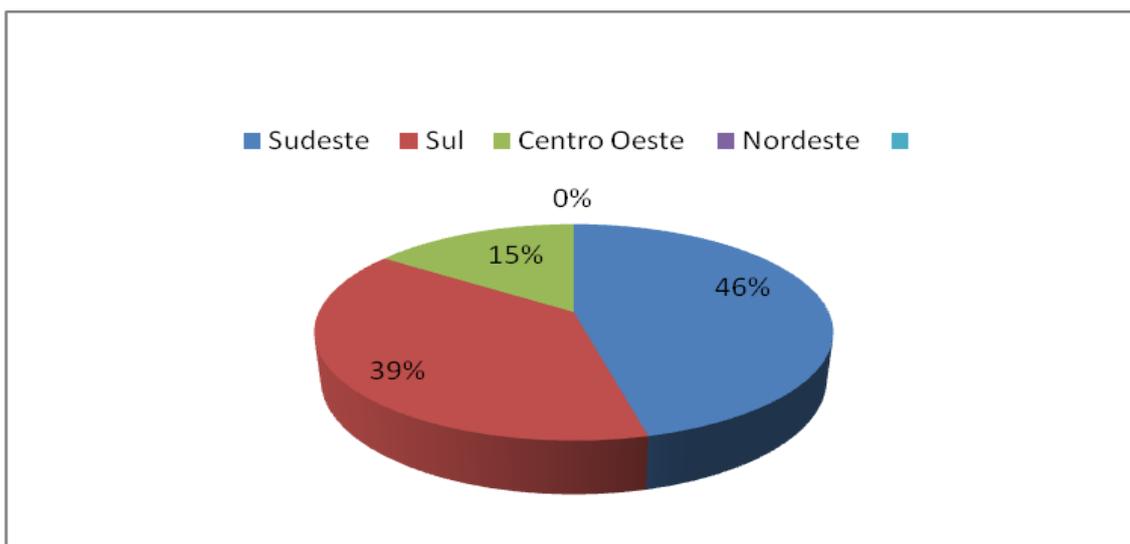
Gráfico 3: Incidência das produções acadêmicas sobre movimentos sociais e educação especial como pano de fundo nas universidades.



Fonte: Gráfico elaborado a partir do balanço das produções: CAPES, BDTD, Scielo, Anped e Anped-Sul.

A partir dos dados coletados entendemos que as pesquisas são proposições individuais e não de um grupo. Em relação as regiões onde estas produções foram encontradas percebemos que a região com mais produções sobre movimentos sociais como pano de fundo foi a região sudeste com seis produções, seguida pela região sul com cinco e a centro oeste com duas. A região nordeste não teve produção nesta categorização.

Gráfico 4 – Regiões com incidência da produção sobre movimentos sociais e educação especial como pano de fundo.



Fonte: Gráfico elaborado a partir do balanço das produções: CAPES, BDTD, Scielo, Anped e Anped-Sul.

Outra observação que fizemos foi em relação à área de pesquisa das produções. A hipótese inicial seria que a produção estaria vinculada a área da educação, o que se confirmou ao longo da coleta dos dados. Porém, observamos também que mais quatro áreas tiveram produções com essa temática: sociologia, política, ciência jurídica e serviço social, como podemos observar no quadro a seguir.

Quadro 1: Áreas de pesquisa das produções

Área de pesquisa	Quantidade
Educação	09
Sociologia	01
Política	01
Ciência Jurídica	01
Serviço social	01

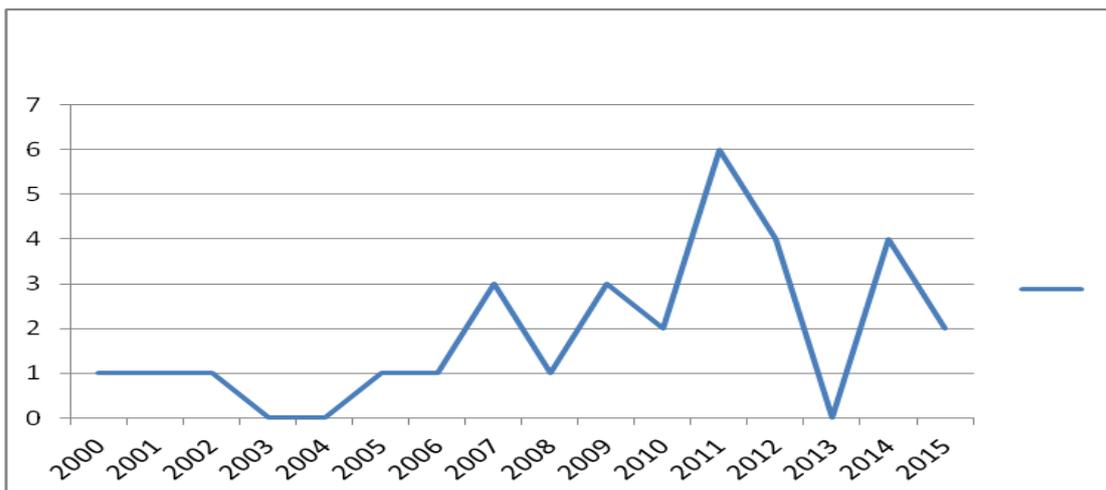
Fonte: Tabela elaborada a partir do balanço das produções: CAPES, BDTD, Scielo, Anped e Anped-Sul.

Movimentos sociais como foco de análise nas produções

Das 43 produções encontradas neste balanço, 30 (70%) referem-se aquelas que tinham Movimentos Sociais como foco de sua análise, sendo 22 teses e dissertações e oito artigos.

Observa-se que houve um crescimento nestas produções que se iniciam em 2000. Se no primeiro quinquênio (2000-2004) tivemos três produções, no segundo (2005-2009) tivemos 10 produções e no terceiro (2010-2014) contamos com 15 produções. No ano de 2015 tivemos duas produções.

Gráfico 5: Incidência das produções com a temática movimentos sociais e educação especial como foco de análise.

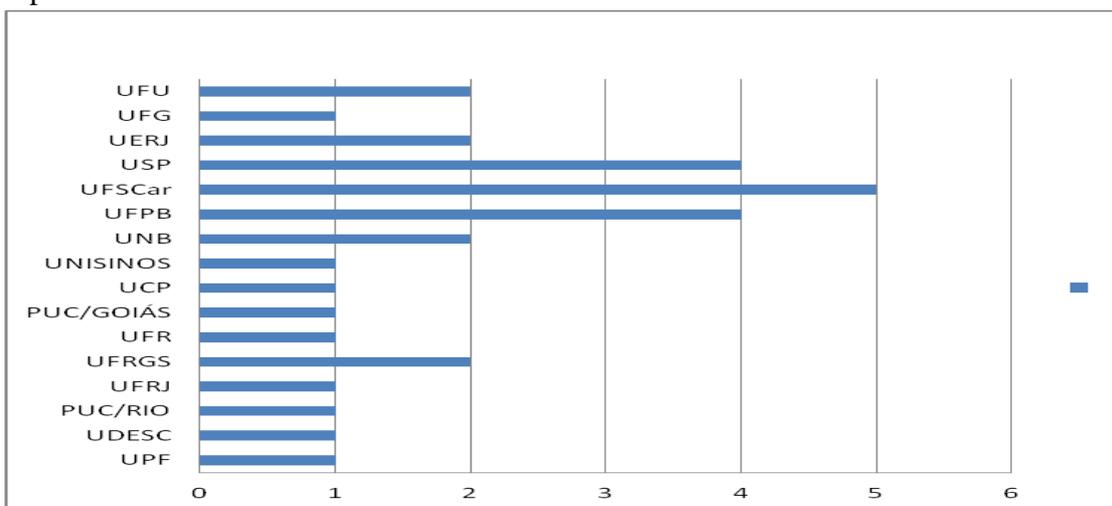


Fonte: Gráfico elaborado a partir do balanço das produções: CAPES, BDTD, Scielo, Anped e Anped-Sul.

Estes dados podem indicar que há uma tendência de crescimento no número de produções sobre a temática movimentos sociais e educação especial.

Porém, fato que merece destaque é que das 30 produções, temos 16 universidades envolvidas o que pode indicar uma pulverização de pesquisas sem que haja um adensamento do tema na maior parte das universidades. Somente três universidades têm quatro ou mais produções sobre o tema (UFSCar com cinco produções; USP e UFPB com quatro). Percebe-se que das 30 produções, 26 são oriundas de universidades públicas e quatro privadas.

Gráfico 6: Incidência das produções acadêmicas sobre movimentos sociais e educação especial nas universidades.

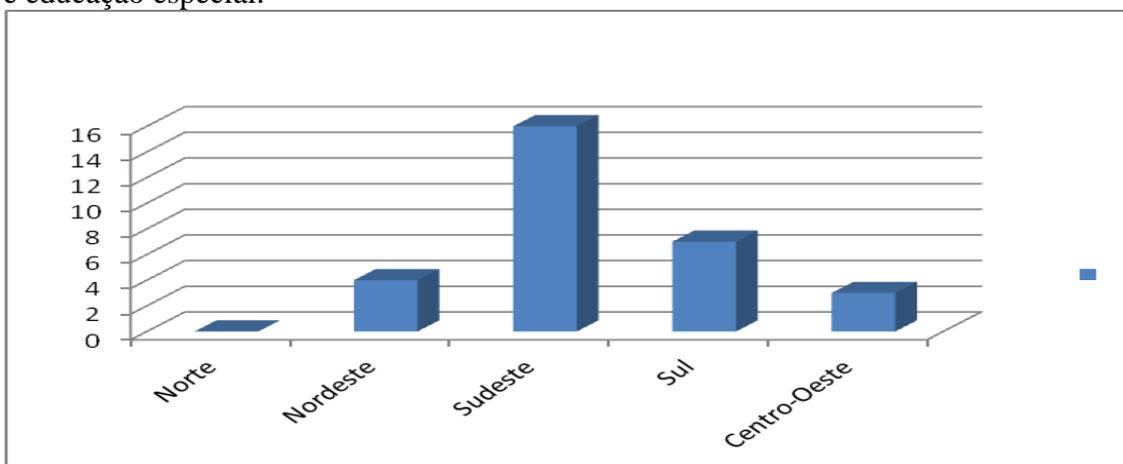


Fonte: Gráfico elaborado a partir do balanço das produções: CAPES, BDTD, Scielo, Anped e Anped-Sul.

Os dados nos mostram a pulverização da temática abordada nas universidades brasileiras, nas diferentes regiões, como também, uma concentração de pesquisas em algumas universidades, diferentemente das produções com a temática como pano de fundo que estavam distribuídas por diferentes universidades. A universidade com maior número de pesquisas é a Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, com cinco trabalhos e a Universidade de São Paulo-USP e a Universidade Federal da Paraíba-UFPB com quatro trabalhos cada uma.

No próximo gráfico, podemos perceber as regiões com maior incidência de pesquisas com a temática movimento social e educação especial.

Gráfico 7: Incidência por região das produções acadêmicas sobre movimentos sociais e educação especial.

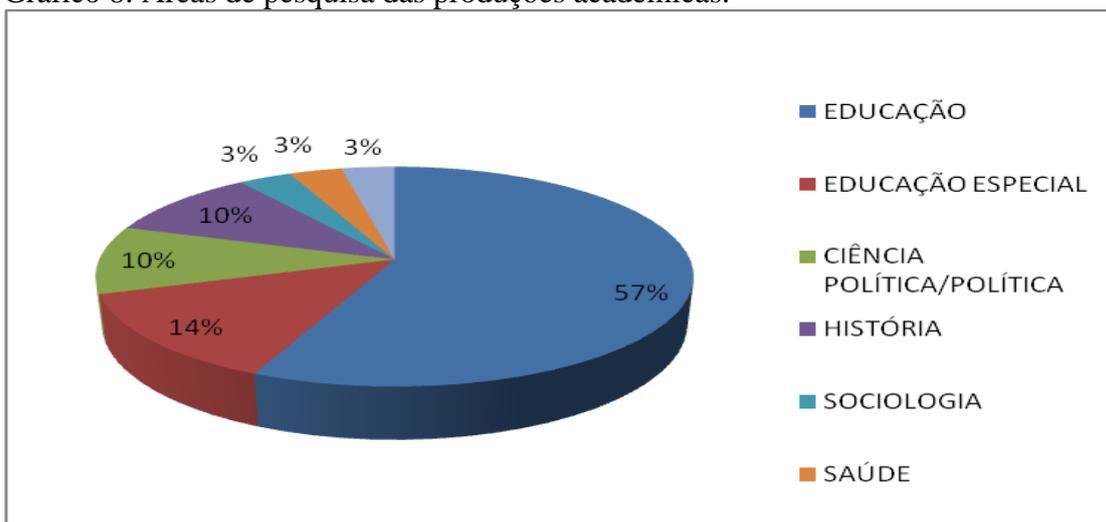


Fonte: Gráfico elaborado a partir do balanço das produções: CAPES, BDTD, Scielo, Anped e Anped-Sul.

A região com maior acúmulo de produção é, a exemplo das produções sobre movimentos sociais como pano de fundo, a região sudeste com 16 produções, seguidas pela região sul, com sete trabalhos e a centro oeste com três produções. A região nordeste, que nas análises sobre a produção acadêmica com a temática, movimento social e educação especial como pano de fundo não tinha nenhuma produção, na análise das pesquisas com a temática apareceu com quatro produções.

Quando buscamos, nestas 30 produções as áreas onde são produzidas, encontramos majoritariamente a área da Educação com 17 produções (57%), seguida por Ciência Política/política com quatro (14%), Educação Especial e História com três produções cada (10% cada uma) e sociologia, saúde e multidisciplinar com uma produção cada (3% cada uma).

Gráfico 8: Áreas de pesquisa das produções acadêmicas.



Fonte: Gráfico elaborado a partir do balanço das produções: CAPES, BDTD, Scielo, Anped e Anped-Sul.

Mesmo com 57% das produções acadêmicas na área da educação, outras áreas estão discutindo a temática. Tais fatos nos leva a refletir como as diferentes áreas estão dialogando sobre a temática discutida? Quais as possíveis articulações teóricas sobre a temática? Outra questão que percebemos ao analisar os resumos e as introduções, especialmente das teses e dissertações, foi em relação às deficiências a que concerne às produções. Observamos que 20 produções acadêmicas não indicaram a deficiência a que se referiam, trabalhando com o termo deficiência de forma ampla; quatro trataram sobre surdez, movimento dos surdos; três sobre autistas; duas trataram sobre a deficiência visual e deficiência mental.

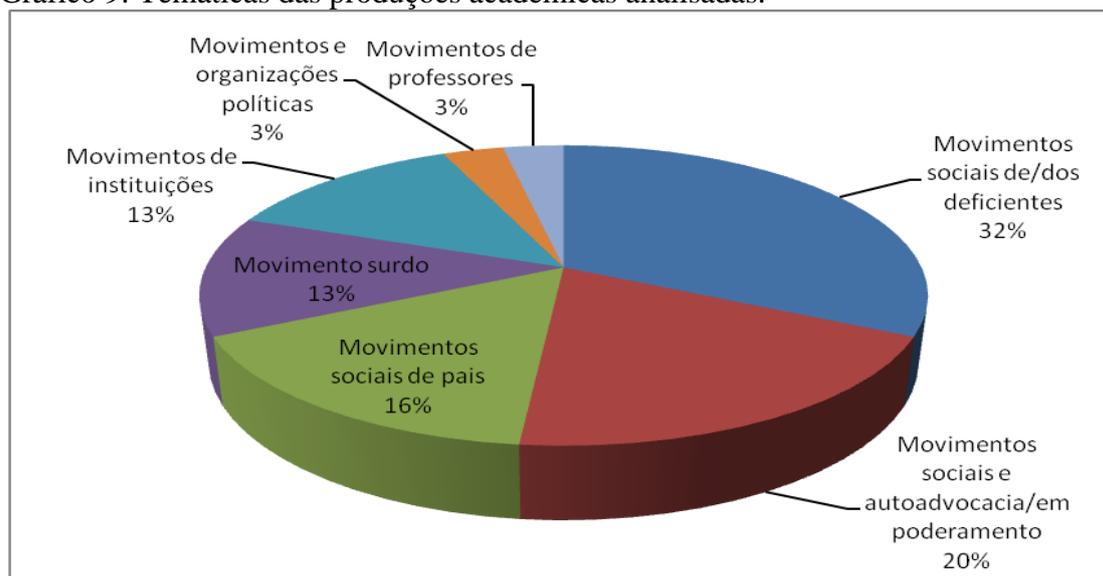
Quanto às metodologias de pesquisa observa-se que há, naquelas indicadas pelos autores, uma grande diversificação de método sendo que cinco tratam da história oral, três de história de vida e as demais (com duas ou uma produção cada) dividem-se entre estudo de caso, pesquisa etnográfica, pesquisa bibliográfica, estudos culturais, pesquisa ação, pesquisa histórica.

O que mais chama atenção, por sua constância nas produções, é a entrevista como instrumento de coleta de dados em 21 pesquisas. A análise de documentos aparece em 10 produções e a observação em cinco. Nota-se que na maioria dos casos, as pesquisas utilizaram mais que um instrumento para a busca de seus dados.

Quando adentramos um pouco mais na análise dessa produção, pudemos categorizá-las em sete temáticas distintas. A maior parte da produção diz respeito a Movimentos sociais de/dos deficientes com 10 produções. Em segundo lugar temos Movimentos sociais e

autoadvocacia/empoderamento com seis produções. Movimentos sociais de pais contam com cinco pesquisas, sendo que destas três referem-se a pais de autistas. Movimento surdo e movimentos de instituições contam com quatro produções cada uma e movimentos e organizações políticas com uma produção.

Gráfico 9: Temáticas das produções acadêmicas analisadas.



Fonte: Gráfico elaborado a partir do balanço das produções: CAPES, BDTD, Scielo, Anped e Anped-Sul.

Quando analisamos o Gráfico 9, percebemos a utilização de algumas palavras que indicam a particularização do movimento social na área da educação especial, como: empoderamento e autoadvocacia da pessoa com deficiência, movimentos sociais de pais, movimento surdo, entre outros, o que nos leva a refletir sobre a fragmentação das discussões. Isso se confirma, quando observamos as palavras-chaves ou palavras de referencia, a partir de alguns verbetes que poderiam indicar os caminhos tomados nas pesquisas em relação a abordagem referente aos movimentos sociais,¹⁰ observamos que a maior incidência foi “direito(s)” com 10 incidências; a palavra “cidadania” apareceu em 9 produções; “empoderamento” em 7 pesquisas; “movimentos sociais” em 5; “autoadvocacia” em 4 produções; “governamento/governança” em 3; “ação coletiva”, “mobilização” e “luta”, com uma incidência cada uma.

Com essa observação podemos pensar que conceitos mais orgânicos aos movimentos sociais em uma perspectiva mais clássica (ação coletiva; mobilização; luta) aparecem pouco

¹⁰ Com o referencial teórico que assumimos, é mais coerente, neste caso, o uso da expressão Movimentos Políticos que Movimentos Sociais.

nas produções da área. Já conceitos oriundos dos chamados “novos movimentos sociais” (direito; cidadania; empoderamento; autoadvocacia; governo/governança) são percebidos mais claramente. A palavra “direito” aqui indicada em 10 pesquisas refere-se, principalmente, a “direitos humanos”. Tal fato nos dá a clareza de que as produções tratam dos movimentos sociais por intermédio dos direitos humanos, afastando-se da compreensão de emancipação humana.

Quando analisamos as produções, percebemos como foi conceituado “Movimentos Sociais”¹¹ pudemos perceber que 17 produções acadêmicas atendiam à compreensão dos Novos Movimentos Sociais (NMS).¹² Quatro pesquisas indicaram a perspectiva dos Movimentos Sociais Clássicos (MSC).¹³ O que mais chama atenção é que nove produções não definem ou discutem movimentos sociais, apesar de terem sido capturados pelos mecanismos de busca de texto utilizados no presente balanço de produção.¹⁴

Algumas considerações

Mais que tecer considerações que possam indicar uma definição das análises aqui apresentadas, este balanço de produção, que certamente capturou produções que não tinham como objetivo discutir movimentos sociais e deixou de alcançar algumas produções que certamente se dedicaram a tal tema, nos possibilitou levantar alguns questionamentos à própria área.

Tomamos como pressuposto o que indica Vendramini (2008, p. 427) “Os movimentos sociais organizados, ainda que assumam uma multiplicidade de formas e expressões, no nível imediato de lutas, têm como mote central a exploração do capital, legitimada e possibilitada pelo Estado, sobre o trabalho”. Desta maneira, compreendemos que os chamados Movimentos Sociais Clássicos/Tradicionais trazem em seu bojo bases teóricas que indicam a necessidade da transformação social, ou seja, possuem um caráter revolucionário e que os Novos

¹¹ Buscamos nos textos na íntegra, a palavra “movimento” na tentativa de compreender como os autores se apropriavam das discussões sobre o tema.

¹² Silva (2002); Nunes (2014); Machado (2014); Martinelli (2008); Crespo (2009); Brito (2013); Monteiro (2011); Ribas (2011); Bastos (2012); Mendes (2012); Dantas (2011); Araújo (2011); Dantas (2011;2014;2015); Neves e Mendes (2001); Lacerda (2007).

¹³ Almeida (2009); Almeida (2014); Vidal (2009); David (2012)

¹⁴ Neves (2005); Manhães (2010); Rech (2010); Garcia (2011); Kraemer (2011); Rafante (2015); Baptista, Christofari e Andrade (2007); Lunardi (2000); Córdias (2006)

Movimentos Sociais buscam a melhoria desta sociedade. Poderíamos relacionar as produções da área de educação especial no que se refere ao debate da categoria movimentos sociais como um caráter mais conservador?

O fato de as produções da área majoritariamente tratarem, de conceitos que articulam as ações sociais como mobilização individual, ou por causas individuais e/ou de grupos particulares, não descaracteriza a própria compreensão de “movimentos social”?

Quando focalizamos em nossas produções conceitos que indicam lutas individuais ou de grupos específicos (direito; cidadania; empoderamento; autoadvocacia; governamento/governança) indicamos uma horizontalização no trato de categorias que poderíamos chamar de fundantes (marxismo), como classe social, hegemonia, luta de classes. Assumir nas produções tal horizontalidade das categorias teria relação com uma possível militância dos intelectuais no sentido de garantir os direitos aos deficientes?

Segundo Montañó e Duriguetto (2011, p. 350-351),

Buscando apreender as mediações entre essas duas estratégias – a reformista, cujo horizonte de luta é a conquista de direitos, e a revolucionária -, temos a clareza de que os movimentos sociais não podem desconsiderar a luta pelos direitos em suas programáticas interventivas. Entretanto, a ofensiva estratégica da luta pelos direitos, e pelas ideias de justiça e equidade que os revestem, só adquire um sentido emancipatório se estiver em consonância, em sintonia, com a luta por um projeto de superação da ordem vigente.

Com base no excerto acima podemos indicar que a área tem como foco resistências particulares e separadas e que portanto, não busca a emancipação humana mas a emancipação política? Ou seja, quando buscamos direitos individuais estamos na luta pela emancipação humana? Ou, na contramão dessa indicação, como afirma Mészáros (2008, p. 45), “Apenas a mais consciente das ações coletivas poderá livrá-los dessa grave e paralisante situação”?

Referências

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ALMEIRA, R. C. M. de. **Cidadania das pessoas com deficiência visual no Estado de Goiás-ADVEG**: trajetória, organização e discurso. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

ALMEIDA, K. P. de. **A luta pelo direito à cidadania na cidade de Uberlândia**: o movimento das pessoas com deficiência entre a legalidade e a legitimidade. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

ANPED - **Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação**. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 20 abril. 2016.

ANPED-SUL - **Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. Disponível em: <<http://www.portalanpedsul.com.br>>. Acesso em: 09 maio. 2016.

ARAÚJO, R. M. **Empoderando pais para a luta pelos direitos de seus filhos com deficiência**: pesquisa-ação emancipatória. Tese (Doutorado em Educação Especial) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

BAPTISTA, C.R. A educação especial no Sul do Brasil: reflexões sobre a produção de conhecimento nos programas de pós-graduação em educação. In: QUARTIERO, E.M. e SOMMER, L. H. (Orgs). **Pesquisa, educação e inserção social**: olhares da região sul. Canoas: Editora da ULBRA, 2008. p.131-138.

BAPTISTA, C.R.; CHRISTOFARI, A. C.; ANDRADE, S.G. **Movimentos, expectativas e tendências**: inclusão escolar no ensino municipal de Porto Alegre. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2007, Caxambú. MG. Anais Eletrônicos ... Caxambú: ANPED, 2007. Disponível em:<<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT15-3166--Int.pdf>>. Acesso em: 20 abril 2016.

BASTOS, F. R. **Política de educação inclusiva em Pelotas**: percepções e interpretações dos responsáveis pelos alunos com deficiência incluídos nas escolas regulares municipais. Dissertação (Mestrado em Política Social) Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

BRITO, F. D. de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da Língua Brasileira de Sinais**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CAPES - **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Disponível em: <www.bancodeteses.capes.gov.br>. Acesso em: 17 abril. 2016.

CÁRDIAS, S. M. **A cidadania no contexto das políticas públicas referentes à educação inclusiva**. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação da Região Sul, 2006, Santa Maria. RS. Anais Eletrônicos... Santa Maria: ANPED-Sul, 2006. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2006/Educacao_Inclusiva/Painel/07_26_10_PA153.pdf . Acesso em: 09 maio 2016.

CRESPO, A.M.M. **Da invisibilidade à construção da própria cidadania**: Os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DANTAS, T.C. **Jovens com deficiência como sujeitos de direito**: o exercício da autoadvocacia como caminho para o empoderamento e a participação social. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

DANTAS, T.C. (2014). **Estudo da autoadvocacia e do empoderamento de pessoas com deficiência no Brasil e no Canadá**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

DANTAS, T. C. (2015) **Vivências de empoderamento e autoadvocacia de pessoas com deficiência**: um estudo no Brasil e no Canadá. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2015, Florianópolis. SC. Anais Eletrônicos ... Florianópolis: ANPED, 2015. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT15-4193.pdf>> . Acesso em: 21 abril 2016.

DAVID, V. F. **Autismo e educação**: a constituição do autista como aluno da rede municipal no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

FERREIRA, J. R.; BUENO, J. G.S. Os 20 anos do GT educação especial: gênese, trajetória e consolidação. **Revista Brasileira de Educação Especial**. vol.17, p.143-170, 2011.

GARCIA, M. I. S. **Movimento social dos surdos**: interseções, atravessamentos e implicações. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do Século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, M. G. **Mídias, terceiro setor e MST**: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000.

IBICT. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Disponível em: www.bdt.d.ibict.br. Acesso em 18 abril. 2016.

JESUS, D.M. de e BAPTISTA, C.R. Educação especial e inclusão escolar: breve panorama de algumas trajetórias, trilhas e metas no contexto brasileiro. In: JESUS, D.M de; BAPTISTA, C.R.; VICTOR, S.V. (Orgs.). **Pesquisa em educação especial**: mapeando produções. Vitória: Editora EDUFES, p.13-37, 2006.

KRAEMER, G.M. **Estratégias de governo dos sujeitos surdos na e para a inclusão escolar em uma racionalidade neoliberal**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LACERDA, P. M. **Nada sobre nós sem nós, mas nós quem?** Posicionamento de universitários 'com deficiência' sobre políticas de ação afirmativa. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2007, Caxambú. MG. Anais Eletrônicos... Caxambú: ANPED, 2007. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT03-3544--Int.pdf>. Acesso em: 21 abril 2016.

LUNARDI, G.M. **Reflexões sobre a inclusão social de sujeitos com histórias de deficiência**. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Região Sul, 2000, Porto Alegre. RS. Anais Eletrônicos... Porto Alegre: ANPED-Sul, 2000. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2000/Gestao_e_Politic/Comunicacao/11_19_58_4180.pdf. Acesso em 09 maio 2016.

MACHADO, M. F. L. **O espaço da participação e a cidade no cotidiano de famílias de pessoas com autismo**. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MANHÃES, V.S. **Análise da participação social na gestão de políticas públicas para a empregabilidade de pessoas com deficiência**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

- MARTINELLI, S.A. **Inclusão: lazer e participação social sob o olhar de pessoas com deficiência mental e suas famílias.** Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- MARX, K. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010.
- MENDES, W.B.S.V. (2012) **Cultura surda e jovens: desafios e impasses no espaço escolar.** Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo. 2002.
- MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciências sociais: ensaios de negação e afirmação.** São Paulo: Boitempo, 2008.
- MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital.** 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008a.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M.L. **Estado, classe e movimento social.** Biblioteca básica de serviço social. Vol. 5. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MONTAÑO, C. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.
- MONTEIRO, A.R. **Pessoas com deficiência: a trajetória de um tema na agenda pública.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- NAUJORKS, M.I. A pesquisa em educação especial e inclusão educacional no Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul – ANPED-Sul. In: QUARTIERO, E.M. e SOMMER, L. H. (Orgs). **Pesquisa, educação e inserção social: olhares da região sul.** Canoas: Editora da ULBRA, p.139-145, 2008.
- NEVES, T. R. L. **Educar para a cidadania: promovendo habilidades de auto-advocacia em grupos de pessoas com deficiência.** Tese (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.
- NEVES, T.R.L.; Mendes, E.G. (2001). **Movimentos sociais e a auto-advocacia: analisando a participação de pessoas com deficiência mental.** In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2001, Caxambú. MG. Anais Eletrônicos... Caxambú: ANPED, 2001. Disponível em: <http://24reuniao.anped.org.br/tp1.htm#gt15> . Acesso em: 20 abril 2016.
- NUNES, F.C.F. **Atuação política de grupos de pais de autistas no Rio de Janeiro: perspectivas para o campo da saúde.** Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva- Ciências humanas e saúde). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- PICOLOTTO, E.L. Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. **Revista Eletrônica de Ciências sociais.** Ano1, 2. Ed., Nov., p. 156-177, 2007.
- RAFANTE, H.C. (2015). **Política de educação especial no Brasil: a relação entre o estado, a sociedade civil e as agências internacionais na criação do CENESP.** In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2015, Florianópolis. SC. Anais Eletrônicos ... Florianópolis: ANPED, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT15-3916.pdf> . Acesso em: 21 abril 2016.

RECH, T. L. **A emergência da inclusão escolar no governo FHC**: movimentos que a tornaram uma “verdade” que permanece. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

RIBAS, N. D. **Teorias da ação coletiva para além dos movimentos sociais**: conselhos gestores de Limeira. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

RUMMERT, S.M. Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação. In: **Perspectiva**. V. 26, n.1, Florianópolis, p. 175-208, 2008.

SCIELO - Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 20 abril. 2016.

SCIELO - Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <www.scielo.org>. Acesso em: 21 abril. 2016.

SILVA, I.A. **Construindo a cidadania**: uma análise introdutória sobre o direito à diferença. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

VENDRAMINI, C.R. Trabalho, educação e movimentos sociais. In: QUARTIERO, E.M. e SOMMER, L. H. (Orgs). **Pesquisa, educação e inserção social**: olhares da região sul. Canoas: Editora da ULBRA, p. 419-428, 2008.

VIDAL, J. **Um diálogo entre a política cultural e a educação não-formal**: contribuições para o processo de constituição da cidadania das pessoas com deficiência Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.